

Coluna do Castello

Intenção de Quérzia foi dar curso à bola de neve

Ontem, quarta-feira, foi dia de *full Congresso*. Dia em que o Congresso funciona plenamente, votando inclusive. Terça e quinta-feira pode também votar mas projetos

que tenham obtido consenso e possam ser aprovados por votos das lideranças. Se for necessária verificação, não. Ainda não há número ou já não há número. Dois projetos importantes estavam ontem em pauta, a medida provisória destinada a eliminar dúvidas sobre moedas válidas nos processos de privatização e, só no Senado, a emenda do senador José Richa antecipando o plebiscito e a revisão constitucional.

A MP iria, se aprovada, dar maior tranquilidade aos que hoje deverão investir — se os juízes deixarem — na compra da Usiminas. Coisa que já não pode ser obstada pelos meios políticos habituais. Já a emenda Richa pode ser valiosa contribuição à mudança do sistema de governo, pois retira a decisão popular da perigosa turbulência eleitoral do final de 1993 quando a cena deverá estar sob controle dos candidatos a presidente da República. Mas pela hipótese de antecipar também a revisão, na qual se tentaria embutir uma reforma constitucional, a emenda incide em cheio na crise atual do país.

Houve gestões preliminares para submeter a emenda a sucessivas votações de modo a evitar que a resistência à antecipação da reforma prejudique a antecipação do plebiscito. Escrevo antes da votação do Senado, prevista para depois das 18h. Mas o PMDB, que continua a força dominante no Congresso, decidira aprovar a antecipação apenas do plebiscito, por temer que o presidente Collor, a quem faz oposição, monte na revisão para obter aprovação de seus projetos de reforma constitucional. O voto do PMDB terá sido decisivo.

Decisivo, mas contraditório, pois o presidente do



partido disse que via na antecipação uma "bola de neve" que iria arrastar o governo Collor. E um dos porta-vozes de Orestes Quérzia no Congresso, o deputado Manuel

Moreira, afirmou que a antecipação será "o epitáfio do governo" e a saída para a crise, motivo pelo qual ele e o próprio Quérzia teriam abandonado provisoriamente a defesa do presidencialismo. Ora, o presidente da República, parlamentarista, não trabalhou pela antecipação, que poderia interessá-lo por um aspecto, o de abrir portas para suas reformas, mas que provavelmente o assustaria como estímulo ao alarmismo produzido pelo aparente impasse em que se encontra.

Por falar nas reformas do governo, o Emendão ou as cinco emendinhas em que o desdobraram — tudo está parado no Congresso. O próprio assunto como que morreu e persistia apenas no discurso do senador Marco Maciel, que tenta mudar o processo para salvar a reforma. Não há forças a mover deputados e senadores a votar naquilo com que até podem estar de acordo mas que envolve impulso político cujo vigor não sentem ou não percebem. O tema do Congresso já é outro, está na antecipação, isto é, numa outra reforma, a do sistema do governo em cujo bojo poderá estar uma saída para a crise, tal como o prevê o queridismo.

O presidente reúne seus ministros no final da semana para mostrar o projeto de reforma tributária elaborado pelos técnicos do Ministério da Economia. Com ele tenta-se melhorar o caixa para a emergência. Haverá provavelmente empenho por sua aprovação, a menos que, por carência de impulso, ele chegue ao Congresso e lá encontre leito no qual possa repousar e esperar. A alternativa oficialmente não seria mais o caos, banido das conversas. Seria continuar tudo como está.